



UFSM

ARTIGO MONOGRÁFICO

**IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

ELIANE CRISTINA CORRÊA DE ANDRADE

PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM

São Borja, RS, Brasil

2007

IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

por

ELIANE CRISTINA CORRÊA DE ANDRADE

Artigo apresentado no Curso de Pós-Graduação em Educação de Surdos e Déficit Cognitivo, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria em convênio com a Fundação Áttila Taborda – URCAMP – Campus de São Borja/RS, como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM

São Borja, RS, Brasil

2007

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-graduação – Especialização em Educação
Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo
Monográfico de Especialização

**IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

elaborado por

ELIANE CRISTINA CORRÊA DE ANDRADE

como requisito parcial para obtenção do grau de

**Especialista em Educação Especial: *Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos***

COMISSÃO EXAMINADORA:

Soraia Napoleão Freitas
Presidente/Orientadora

Vaneza Cauduro Peranzoni
Examinadora

Sinara Pollom Zardo
Examinadora

Sabrina Fernandes de Castro
Suplente

São Borja, RS, Brasil

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

AUTORA: ELIANE CRISTINA CORRÊA DE ANDRADE

ORIENTADORA: SORAIA NAPOLEÃO FREITAS

SÃO BORJA, RS

O presente artigo visa explicitar a importância da formação continuada para professores no contexto da educação inclusiva. Busca também, conhecer os pressupostos da educação inclusiva, pontuando os desafios na formação de professores, a serem enfrentados e superados no exercício da prática, com enfoque voltado para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Como aporte teórico para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica foram utilizadas leituras de autores relacionados à educação inclusiva, tais como Dutra (2006), Freitas (2006), Rosa (2004/2005), Alves (2006), Tilstone (1998), Bassols (2003), Mantoan (1997/2006), Carvalho (2006), Pimenta (1994). A partir deste trabalho constatou-se que o que se deseja, afinal, são professores reflexivos e críticos, com um conhecimento satisfatório das questões relacionadas ao ensino e à aprendizagem e em contínuo processo de inclusão, além de autônomos e competentes para desenvolver o trabalho inclusivo. Visto que todos os educadores devem conhecer e compreender em maior profundidade para agir com mais qualidade e eficiência. Sendo indiscutível que a eficácia da formação depende essencialmente da atitude do professor, de compreender-se como alguém que, por profissão, precisa estar em contínua formação. E, que a escola seja espaço formativo do professor. Este deve ser o verdadeiro objetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva – Formação de Professores – Formação Continuada

ABSTRACT

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

AUTORA: ELIANE CRISTINA CORRÊA DE ANDRADE

ORIENTADORA: SORAIA NAPOLEÃO FREITAS

SÃO BORJA, RS

The present article seeks explicitar the importance of the continuous formation for teachers in the context of the inclusive education. He/she also looks for, to know the presuppositions of the inclusive education, punctuating the challenges in the teachers' formation, the they be faced and overcome in the exercise of the practice, with focus gone back to the students' inclusion with special education needs. As theoretical contribution for the development of the bibliographical research readings of authors related to the inclusive education were used, such like Dutra (2006), Freitas (2006), Rose (2004/2005), Alves (2006), Tilstone (1998), Bassols (2003), Mantoan (1997/2006), Carvalho (2006), Pepper (1994). Starting from this work it was verified that what wants she, after all, are reflexive and critical teachers, with a satisfactory knowledge of the subjects related to the teaching and to the learning and in continuous inclusion process, besides autonomous and competent to develop the inclusive work. Because all the educators should know and to understand in larger depth to act with more quality and efficiency. Being unquestionable that the effectiveness of the formation depends essentially on the teacher's attitude, of understanding as somebody that, for profession, he/she needs to be in continuous formation. And, that the school is the teacher's formative space. This should be the true objective.

KEY-WORD: Inclusive Education – Formation of Teachers – Continuous Formation

IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA¹

Eliane Cristina Corrêa de Andrade²

INTRODUÇÃO

“A existência de problemas numa Escola é inevitável e por si só não se constitui como um problema preocupante” (BASSOLS, 2003, p. 17).

Com vistas à necessidade de transformar a realidade social e melhor qualificar os profissionais da educação para a ação diária, propõe-se a realizar esta pesquisa bibliográfica a fim de ratificar a importância da formação continuada na vida profissional dos educadores, onde a ação desenvolve-se, fundamentalmente, em contexto de trabalho e a práxis torna-se um campo de observação, experimentação, análise, avaliação e sistematização dos saberes.

Através da pesquisa bibliográfica, pretende-se apontar a necessidade e a importância do processo da formação continuada em equipe, isto é, onde todos os envolvidos possam melhor qualificar-se para a ação diária e através destes espaços de estudos e pesquisas possam adquirir suporte e sustentação pedagógica para o trabalho docente, buscando melhoria do Ensino para poder transformar a realidade social, dentro de um mundo globalizado, convivendo com a diversidade e as diferenças, aceitando-as no âmbito escolar da vida cotidiana, através de processos de cooperação, de solidariedade, da democraticidade e da participação coletiva.

Os espaços de formação continuada dentro do calendário escolar da própria escola, de forma sistematizada, devem produzir, nos docentes, conhecimentos, reflexões da práxis educativa, a auto-avaliação da prática o que acreditamos que fará com que juntemos esforços no sentido da apropriação de leituras, pesquisas de autores relacionados aos novos paradigmas de educação e escolas inclusivas, visando à reformulação de conceito, saberes e discursos pré-elaborados, o que se acredita que levará a reflexões, debates a respeito das habilidades e competências

¹ Artigo desenvolvido no Curso de Pós-Graduação – Especialização em Educação de Surdos e Déficit Cognitivo, orientada pela Professora Soraia Napoleão Freitas.

² Aluna do Curso de Pós-Graduação do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria em convênio com a Fundação Áttila Taborda – URCAMP – Campus de São Borja/RS, em Educação de Surdos e Déficit Cognitivo.

dos profissionais da educação no processo ensino-aprendizagem, com enfoque na educação inclusiva.

Portanto, é necessário o “estudo”, por parte dos professores e das equipes diretivas das escolas, de autores relacionados à educação inclusiva, tais como Dutra (2006), Freitas (2006), Rosa (2004/2005), Alves (2006), Tilstone (1998), Bassols (2003), Mantoan (1997/2006), Carvalho (2006), Pimenta (1994), e outros, os quais fornecerão subsídios e novos conhecimentos para que o ensino não seja reconhecido como uma prestação de favores e sim como garantia ao direito de todos os cidadãos brasileiros, de forma indistinta, que respeite a diversidade e as especificidades, aceitando e convivendo com as diferenças, buscando o sucesso de cada educando, dentro de suas limitações.

Nesse sentido, é imprescindível que os educadores conheçam seu papel e sua função dentro da sala de aula e principalmente na vida de seus alunos. Dessa forma, cabe a todos que fazem a educação, gestores, coordenadores pedagógicos, professores, Coordenadorias Regionais (C.R.E.), Sistemas de Ensino, Poder Público, compartilhar responsabilidades na elaboração, implantação e implementação de ações que visem superar desafios e mudanças que os novos tempos nos impõem.

Acredita-se que, nestes espaços de formação continuada, o objetivo comum deverá ser estudar, aprender e conviver. Para tanto, devem todos os educadores, conhecer os pressupostos da educação inclusiva, pontuando, assim, os desafios da formação de professores para a prática docente no contexto da educação inclusiva, com estudos e pesquisas em artigos, documentos, em Leis, Pareceres, o que proporcionará novas condições de aprofundamentos teóricos, os quais servirão de base para futuras situações da prática escolar, bem como suporte técnico-pedagógico ao corpo docente para que se possa enfrentar, superar e solucionar, quando possível, as situações-problemas com as quais se pode deparar no cotidiano escolar.

Cabe ressaltar também, a importância de estudos, pesquisas e reflexões para o aprimoramento da atuação docente, revendo novas concepções e paradigmas, vencendo desafios e transformando as escolas em espaços inclusivos, onde a diversidade, a diferença, a heterogeneidade e a pluralidade devem ser consideradas como um grande potencial a ser trabalhado e aceito, com vistas a reduzir as desigualdades sociais ainda existentes na sociedade.

Acredita-se que seja possível desenvolver na escola um novo projeto escolar que seja inclusivo, que contemple a todos, de forma indistinta é que se realizou este

estudo, reafirmando que os educadores devem trabalhar de forma cooperativa e solidária, reconhecendo a riqueza na diferença e possam vencer o medo do desconhecido, que possam viver princípios éticos assumindo responsabilidades na construção desta nova escola a qual se busca.

E, por acreditar ser possível isso, se fazem necessário novos conhecimentos, nova práxis, novos currículos, métodos; portanto, muitos estudos e pesquisas para que as transformações necessárias, no âmbito escolar, se efetivem na prática diária.

Enfim, percebe-se como dirigente e gestora escolar, que se deve também ampliar e aprofundar os conhecimentos em decorrência das transformações na concepção de escola, bem como nas formas de construção do saber, no exercício da docência e a real necessidade de transformar o fazer pedagógico na prática escolar, investindo na qualidade e formação docente, no aperfeiçoamento das capacidades e condições de trabalho, para que se possa alterar e reverter os graves problemas educacionais brasileiros, passando a educação a ser um bem social, onde cada segmento da sociedade deverá cumprir o seu papel e assumir os encaminhamentos necessários para que os desafios e mudanças possam ocorrer, com vistas à educação inclusiva, libertando-se de preconceitos, valorizando e aceitando o diferente.

A Educação Inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como um fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na Escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da Educação que beneficie todos os alunos. A organização de uma Escola para todos prevê o acesso à escolarização e ao atendimento às necessidades educacionais especiais (ALVES et al, 2006, p. 9).

Em decorrência de transformações na concepção de escola, bem como, nas formas de construção do saber, o exercício da docência vem sofrendo mudanças na necessidade de repensar o modo do fazer pedagógico na prática escolar, de forma efetiva e concreta.

Para que estas mudanças aconteçam na prática, faz-se urgente que se invista na qualidade da formação docente, no aperfeiçoamento das capacidades, como também nas condições de trabalho para que se possa reverter a prática de exclusão que ainda persistem, o que requer e ao mesmo tempo, exige dos envolvidos neste contexto um esforço coletivo de todos os segmentos da sociedade, no sentido de ir

ao encontro às mudanças, às necessidades e transformações do mundo contemporâneo.

De acordo com os novos paradigmas, os quais são exigências da sociedade em que se está inserido, percebe-se que o exercício da docência constitui-se em um campo de intervenção profissional na prática social, já que, atualmente, os profissionais da educação, através de sua participação na construção do currículo escolar podem definir e implementar as políticas de ensino, a gestão escolar, as propostas de novas mudanças na forma de ensinar e na construção de Projetos Político-Pedagógicos, conforme a Lei nº 10.576/95, dentro da legalidade e das orientações do Órgão mantenedor do ensino.

Deve ser visto nos professores novas possibilidades e alternativas de tornar a aprendizagem mais agradável e o ensino de melhor qualidade; onde este tenha um real significado seja o aluno saudável ou não.

“O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente” (NÓVOA apud MARAGON; LIMA, 2002, p. 23).

Nóvoa propõe a formação numa perspectiva que denomina crítico-reflexiva, “que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de formação autoperparticipada” (1992, p. 25).

Para tanto, é necessária muita reflexão e compreensão da realidade, do ensino, da didática e da práxis educativa, pois é inegável que tudo acaba interligando-se e relacionando-se entre si.

Nas palavras de Rosa, “ao preconceito e a discriminação somam-se à organização dos Sistemas e a formação de Professores, que não contempla o atendimento às necessidades educacionais de todos os alunos” (2005, p.35).

Os professores, juntos, de forma organizada e sistematizada devem combater não só na escola, mas na sociedade, todas as formas de preconceito, discriminação e desigualdade, buscando atitudes de superação, com vistas ao resgate da afetividade, de valores humanos e espirituais dentro do fazer pedagógico, construindo um mundo mais humano e solidário, que contemple o atendimento e as necessidades educacionais de todos os alunos, convivendo com as diferenças e conseqüentemente, com a aceitação, com o respeito, com a solidariedade a qual deve ser inerente a qualquer ser humano.

Devem as escolas, então, através de suas equipes diretivas, buscar e abrir novos espaços de aprendizagens, de formação, de reflexão em busca do aperfeiçoamento das habilidades, competências e saberes de seu corpo docente e discente, repensando coletivamente os novos conceitos de qualidade, de eficiência e eficácia do ensino para que todos os envolvidos possam ter êxito e então, as escolas superarem os conflitos existentes, buscando novos aprofundamentos teóricos e aperfeiçoamento da prática do ensino e, desta forma, dar nova conotação para o ensinar e o aprender.

Verifica-se que as escolas têm vários desafios na direção do melhor caminho a ser seguido. Um deles é a formação inicial e continuada de seu corpo docente. Devem, estas escolas, proporcionar momentos de debates e embates (bom embate) que são fundamentais para que os desafios sejam transpostos no dia-a-dia das escolas.

Convive-se também com resistências a mudanças, com desmotivações de grande parte dos educadores, onde a saúde mental dos mesmos não é levada em conta. Mas, vencer resistências, desmotivações e sensibilizá-los para a necessidade de estudos, reflexões e mudanças é tarefa de todos os que fazem a educação. Sabe-se não ser uma tarefa fácil, porém, acredita-se serem possíveis tais mudanças, tendo um olhar crítico para a prática, com a perspectiva de construir ou reconstruir novas práticas de educação inclusiva, de boa qualidade, onde todos possam apropriar-se dos saberes, cada um a seu modo, buscando o exercício da cidadania, a inclusão de forma concreta, uma vez que todos são co-responsáveis e co-autores na construção desta cidadania, tanto de forma individual ou coletiva.

Partindo da premissa de que a educação é um direito de todos e dever do Estado, devem os gestores propiciar, portanto, diversas formas de conhecimento pertinentes a seu ofício.

Leis, pareceres, decretos, resoluções... relacionados à educação, devem ser do conhecimento de todos os envolvidos na Educação e quando se diz todos, refere-se aos pais e alunos, pois somente desta forma cooperativa com toda a comunidade escolar é que as transformações poderão acontecer, tornando as Escolas realmente inclusivas e um efetivo espaço de construção da cidadania.

Como diz Rios, “o mundo é do tamanho do conhecimento que temos dele. Alargar o conhecimento para fazer o mundo crescer e apurar seu saber é tarefa dos seres humanos. É tarefa por excelência de educadores” (2005, p.24).

Apesar de se viver em um planeta globalizado e contemporâneo, onde há cada vez mais pobreza, desigualdades sociais e várias formas de exclusão, ainda ocorre a cada dia o aperfeiçoamento de novas técnicas de comunicação, novas possibilidades de aquisição de pesquisas, gerando assim, o pluralismo de idéias e a aceitação do “diferente”. Tem-se que apreender a aprender, fazendo o mundo, desta forma, crescer buscando novos horizontes e paradigmas. Enfim, buscar novas atitudes de superação dentro do contexto escolar em se que vive.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ENFRENTAMENTO DE NOVOS DESAFIOS EM BUSCA DE MUDANÇAS NECESSÁRIAS

A escola que se define como ‘Escola Inclusiva’ em seu projeto pedagógico assume tarefas adicionais. Uma primeira decorrência é ser capaz de manter, integralmente _ Em toda extensão e a todo tempo _ uma atitude de pesquisa. [...] Uma segunda decorrência é ser capaz de uma compreensão radical de que seu espaço escolar que engloba toda a comunidade. [...] como terceira decorrência, a Escola inclusiva caracteriza-se pela qualidade educativa (FREITAS, 2006, p. 33).

Urge repensar os espaços escolares como condição de mudança das práticas pedagógicas. É preciso discutir nos espaços de formação e capacitação para docentes o tipo de escola que se tem e o que se busca e onde devem ser feitos os investimentos necessários, para que se possa adquirir identidade de Escolas Inclusivas no Sistema Educacional de Ensino.

Precisa-se repensar nos espaços escolares, através da Formação continuada de docentes, a nova concepção de professor de escola, de sociedade e de educação. É preciso discutir as práticas pedagógicas existentes na escola e a partir destas discussões, coletivamente, buscar as transformações na escola e conseqüentemente, na sociedade.

Ao professor, cabe a produção e a sistematização do conhecimento. Cabe então às escolas a reorganização de espaços de estudos, de releitura das experiências pedagógicas, de busca de alternativas que promovam o bom desempenho e o prazer no ato de aprender dos alunos com necessidades especiais, ao mesmo tempo, valorizar as diferenças no processo educativo, vendendo-as com um novo olhar e assim, planejar ações para o futuro, dentro dos

pressupostos legais que regem a educação inclusiva, em busca de uma educação voltada às diferenças e ao desenvolvimento das potencialidades de seus educandos.

E, dentro da formação continuada dos professores, com vistas a uma política de educação inclusiva, necessita-se estabelecer no Projeto Político-Pedagógico da escola, novas diretrizes filosóficas e pedagógicas para que novas práticas se efetivem, visando à superação da discriminação, da exclusão tanto no contexto educacional como no contexto social, modificando a escola em toda sua estrutura organizacional.

Justifica-se, portanto, os espaços de formação continuada no contexto da educação inclusiva para professores e trabalhadores em educação como sendo fundamental para o enfrentamento dos novos desafios em busca de mudanças necessárias para o desenvolvimento da educação inclusiva e as transformações de escolas não-inclusivas em escolas inclusivas.

Moretto (2000) afirmou que, “tudo havia mudado: a sociedade, o mercado de trabalho, as relações humanas... Só a educação continuava a mesma” e assim, verifica-se a confirmação da necessidade de mudanças na educação brasileira e segundo o mesmo autor, “quem não se atualiza vai formar pessoas fora do seu tempo” (MORETTO, 2000).

Também teoriza Philippe Perrenoud (1996), que os seres humanos não vivem por todas as mesmas situações e as competências devem estar adaptadas a seu mundo.

Tais reflexões precisam ser discutidas e aprofundadas nos espaços escolares, para que os envolvidos sintam necessidade de atualizar seus conhecimentos a respeito das atuais diretrizes da educação inclusiva e seus efeitos e desdobramentos no cotidiano escolar. Essas reflexões devem levar a autocrítica da práxis docente e para o reconhecimento da necessidade e da importância das transformações na concepção de escolas, as quais requerem grandes e significativas transformações e mudanças estruturantes e sendo assim, impõe a todos grandes desafios a serem enfrentados e superados em busca da escola ideal, isto é, o que deve ser na prática; que possa preparar todos os seus alunos para serem sujeitos críticos, solidários, para o exercício da cidadania, para a prática da inclusão, através de uma educação que contemple a todos, sem exceção, a qual respeite as diferenças, as especificidades e o ritmo próprio de cada um.

ENFRENTAR MUDANÇAS E VENCER DESAFIOS

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na Escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está em nossa Constituição desde 1988, mas que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens meninas e adolescentes que apresentam necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não à deficiência (DUTRA, 2006, p. 6).

Vive-se um período de grandes e significativas mudanças estruturantes na educação brasileira, as quais impõem como gestora de ensino, grandes desafios e ao mesmo tempo, grandes incertezas e inseguranças.

Precisa-se, enquanto Equipe Diretiva, se preparar, enfrentá-las para vencê-las e superá-las, a fim de que mudanças realmente ocorram; através de estudos, reflexões e várias alternativas pedagógicas. Deve-se proporcionar diferentes recursos que auxiliem e fiquem à disposição dos educadores, para que possam ser utilizados na medida das necessidades e anseio dos envolvidos.

Acredita-se que esta prática da Equipe Diretiva da escola propiciará uma nova mentalidade, sensibilizando os educadores para que avaliem sua práxis educativa e conseqüentemente, realizem a auto-avaliação com o objetivo de ir ao encontro às transformações necessárias em prol de todos os educandos inclusive os “ditos diferentes”, pois deve ficar claro, através dos estudos e do conhecimento de Leis, que também se tem o compromisso educacional com os educandos com necessidades especiais, atendendo a todos, sem distinção, através de um currículo flexível, adaptável às necessidades e capacidade de cada um.

Para que tais mudanças se efetivem na prática, faz-se necessário, nas escolas, jogos didáticos, computadores, vídeos, gravuras, braille, recursos complementares e humanos (como intérprete de língua de sinais) e outros.

Todos têm necessidade de cooperação para buscar transformar as escolas em escolas estaduais inclusivas, auxiliando e apoiando uns aos outros, o que fornecerá condições de reconstruir conceitos, sair dos preconceitos, reestruturando técnicas de ensino que favoreçam a aprendizagem de alunos com diferentes ritmos e processos de aprendizagem, o que então, realmente atenderá a todos sem distinção, assegurando, desta forma, o direito à educação, o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades, com melhores condições para a exigência do seu ambiente, de forma satisfatória e produtiva o quanto for possível.

Deve-se pensar e repensar a importante função da formação continuada dos profissionais em educação que exercem docência, bem como os demais setores e trabalhadores em educação (funcionários), promovendo espaços reflexivos de temas relevantes e esclarecimento de ações, para que realmente as transformações se concretizem na prática da vida Escolar.

Os estudos de autores na educação inclusiva servirão de base para uma ação educativa em todos os sentidos, contemplando a todos, tornando o ensino mais adequado ao desenvolvimento de um trabalho pedagógico, que considere as singularidades e especificidades de cada um, em consonância com a legislação vigente e com os documentos oficiais orientadores às escolas estaduais.

Assumir postura ética, ter atitudes de criticidade, de comprometimentos com as novas mudanças e transformações que devem ocorrer nos espaços escolares é preciso. Daí a importância da oferta, por parte das Direções das Escolas e dos Sistemas de Ensino, de espaços para estudos de aperfeiçoamento das habilidades e competências, aprofundamento teórico-reflexivo e de conhecimentos.

Cabe também ao Poder Público, como órgão promotor de mudanças nos sistemas de ensino, seja ele público ou privado, através das Políticas Educacionais, administrativas e pedagógicas, implementar ações para que mudanças ocorram; pois sabe-se que muitas decisões são de competência dos Órgãos Públicos, através de ações técnico-político-administrativas, o que se constitui como responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios, uma vez que estes são as mantenedoras das Escolas Públicas.

INCLUSÃO: O MEDO DO NOVO

[...] Diante das dificuldades de tal enfrentamento, alguns chegam a afirmar que seria mais produtivo que esses alunos, em vez de procurarem a Escola pública que não lhes pode oferecer as condições de uma autêntica inclusão, permanecessem em clínicas ou Instituições especializadas que contam com profissionais para atendê-los. Houve mesmo caso de professores que confessam “ter medo” desses alunos, pois não sabem abordá-los nem como tratá-los nos momentos de indisciplina ou agressão (MARTINS, 2006, p.165).

Muitos docentes vêm trabalhando para superar diversas práticas excludentes nos espaços escolares, apesar de se enfrentar muitas resistências até por parte de pais de alunos ditos “normais” e também por parte de muitos professores.

Percebe-se que os docentes demonstram ser a favor da inclusão, mas não sabem como “lidar” com esses sujeitos, pois alegam não terem sido preparados em suas formação profissional, para trabalhar com a diversidade e sim com o alunado homogêneo, o que denota, de forma explícita, a falta de competências e habilidades para trabalhar e até aceitar “as diferenças”. Considerando o aluno deficiente a causa dos problemas pedagógicos ou como a pessoa que atrapalha a sua aula, portanto, o responsável pelas situações de conflitos no ambiente escolar. Estes atribuem aos seus alunos, o seu despreparo profissional; os quais na verdade deveriam confiar na sua capacidade profissional para superar o medo do novo, do desconhecido.

Conhecendo a realidade atual das escolas públicas estaduais, concorda-se que o ensino regular ainda não está estruturado (atudinal e arquitetonicamente) para receber alunos com necessidades educacionais especiais, muito embora o paradigma da inclusão já deva ser do conhecimento das autoridades, dos gestores e professores, as quais já devem, na prática, estarem implementadas, não só através da matrícula destes alunos, mas nas mudanças e na organização da prática educativa nos espaços públicos escolares.

Mudanças são necessárias e, como diz Freire (1988), difíceis, mas possíveis, porque como sujeitos históricos, somos capazes de transformar o mundo e não simplesmente nos adaptarmos a ele.

Destaca-se ainda, que estes esforços de formação continuada devem produzir nos docentes uma mudança de postura com relação aos alunos que apresentam deficiência (s), e estes devem interagir de maneira mais produtiva com esses alunos, tornando-os mais participativos em suas salas de aulas, onde possam de forma coletiva construir valores como respeito e solidariedade, bem como aceitação da deficiência enquanto uma diferença presente no contexto da diversidade humana, onde os alunos com necessidades educacionais especiais não devem ser vistos como estereótipos de pessoas agressivas e assexuadas.

A inclusão é sim uma tarefa complexa, que exige, dos professores, saberes múltiplos da prática educativa e da comunidade escolar a aceitação do diferente, pois pressupõe o respeito às diferenças existentes entre os educandos, para que a escola seja para todos, com uma educação voltada para a diversidade.

ESCOLA INCLUSIVA: SUPERAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO

Cada Escola deve desenvolver a sua própria política de IO³ de acordo com as suas necessidades e comunidade. A Política deve ser inclusiva, ou seja, deve tratar os aspectos mais vastos relacionados com a 'raça', o sexo, a cultura, a classe social, a deficiência e as dificuldades de aprendizagem (TILSTONE; FLORIAN; ROSE, 1998, p. 104).

É preciso que a comunidade escolar se disponha a aceitar e participar deste novo paradigma de escola inclusiva. Este movimento deve iniciar na atuação dos gestores de cada escola e se alicerçar nas ações do corpo docente e discente que compõe a Instituição de Ensino, bem como todas as pessoas que fazem parte da escola.

Através das ações dos professores que fazem o cotidiano escolar é que as mudanças necessárias irão acontecer, os docentes são os agentes de transformações dos sistemas educacionais, os quais devem demonstrar postura de aceitação às diversidades e às diferenças, eliminando em cada sala de aula comportamentos de rejeição, superproteção e qualquer forma de discriminação, para que o fim da educação seja alcançado. Para Martins, “para que a escola possa dar respostas a todos os alunos é necessário mudança, transformação de princípio e de práticas, estabelecer estruturas colaborativas entre todos os membros da comunidade escolar” (2006, p. 91).

Assim, deve-se formar cidadãos ativos, conscientes, críticos e responsáveis, os quais possam compreender e aceitar e colaborar para que as mudanças se concretizem na prática, com vantagem para todos os alunos e o crescimento da comunidade escolar onde estão inseridos.

Através da participação coletiva, deve-se promover, na escola, os ajustes e as adaptações necessárias que causam entraves para que os novos desafios sejam enfrentados e até superados; evitando assim, o fracasso escolar de todo o aluno, sem distinção entre alunos capacitados e incapacitados e a disseminação das práticas de exclusão social.

³ IO = Igualdade de Oportunidades. É uma expressão que nos últimos anos teve vários cambiantes políticos. O termo sugere equidade e justiça e foi tradicionalmente utilizado em contextos específicos respeitantes à raça e ao sexo das pessoas.

Reafirma-se que cabe às direções das escolas, através de suas coordenações pedagógicas, realizarem os encaminhamentos necessários, através dos PPP⁴ dos Regimentos Escolares, filosofia da escola e dos espaços de formação continuada no contexto da escola inclusiva para docentes, inclusive espaços de oferta de informações, debates e reflexões com toda a sua comunidade escolar no que diz respeito à educação inclusiva, como um dos caminhos para se romper preconceitos e mudar atitudes.

A comunidade escolar, através de todos os que a compõe, deve querer transformar-se, isto é, transformar-se em espaços escolares inclusivos e nesse sentido, concorda-se com Vygotsky (1979) que diz que a educação ocupa o primeiro plano de desenvolvimento e da socialização da criança e é na escola, nos espaços escolares que se precisa criar ambientes de aprendizagens, que objetive o progresso de seus alunos, com processos de interação com o outro, o que será benéfico para todos no processo de inclusão.

Assim, “uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão” (PIMENTA, 1994, p.19). Para tanto, é necessário que o professor tenha plena consciência da importância de seu papel, mantendo postura ética frente à realidade, associada a uma prática crítico-reflexiva, aberto a novas mudanças que os tempos requerem e com muito comprometimento, assumindo e firmando uma identidade profissional condizente com a significação social da profissão por ele escolhida.

Reafirma-se a necessidade dos espaços de formação continuada para professores, pois estes se constituem em momento de capacitação para o exercício da prática da profissão, isto é, uma capacitação adequada e que suscite reflexões em torno das atuais propostas inclusivas, demonstrando mudança de atitude frente à diferença, tendo conhecimentos necessários a respeito dos processos do desenvolvimento humano, sobre a aprendizagem, sobre o currículo e suas adaptações, o que deve ser um grande desafio a ser vencido, no atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais na rede pública regular do ensino.

O conteúdo e o processo da formação devem partir dos sujeitos. É a indagação sobre suas experiências significativas que lhes permite não apenas

⁴ Plano Político-Pedagógico.

constituir-se como autores, mas também aprender consigo mesmos e com os outros. Dessa aprendizagem, decorre o conhecimento que se encarna na práxis (HERNÁNDEZ; SANCHO, 2006).

Acredita-se que são nos espaços de estudos, pesquisas e reflexões dentro de cada escola, através das reuniões pedagógicas ou sessões de estudos, que a mudança de mentalidade ocorrerá; talvez não tão rapidamente quanto se necessite, pois em educação nada acontece em curto prazo, mas consegue-se sensibilizar os educadores de que novas práticas de ensino devem se efetivar no cotidiano escolar.

Deve-se, nestes espaços de formação continuada, discutir os problemas de sala de aula, de forma coletiva, instigando debates, reflexões acerca da educação inclusiva, onde temas importantes estarão em foco, tais como as Leis Públicas de Inclusão, os Pressupostos da Educação Inclusiva, adequações curriculares que contemple a todos os sujeitos, de forma indistinta, deixando assim, a escola de ser integradora, pois é o que acontece na prática hoje, e passe, então, a ser escola inclusiva, com atendimento educacional também para alunos com necessidades especiais como prevê a Constituição Brasileira de 1988, art. 208, a Lei Federal 7853, no seu artigo 2º, Inciso I, onde o ensino deve ser para todos, com assistência educacional aos alunos “diferentes”, “necessitados”, com currículos, métodos, técnicas, recursos didáticos e educativos e com organização específica.

Por isso, são de grande relevância os momentos de capacitação para os profissionais de educação e estes momentos podem e devem ocorrer nos espaços escolares. Mas também devem ser propiciados aos mesmos, outros momentos na aquisição de novos conhecimentos, como seminários, cursos, encontros, para que a troca de conhecimentos e experiências aconteçam; e os educandos revisem, constantemente, o significado social real de sua profissão.

O conhecimento deve estar à disposição dos professores, através dos espaços de formação continuada, seja na escola, com outras escolas e também com instituições de ensino superior (agências formadoras/formação inicial). Enfim, espaços estes que irão melhor capacitá-los e instrumentalizá-los em suas habilidades, para que desenvolvam novas competências em sua profissão. Somente desta forma é que mudanças pedagógicas e atitudinais necessárias serão possíveis de serem implantadas e implementadas dentro das práticas inclusivas, no cotidiano escolar, atendendo a diversidade com programas educacionais individualizados de ensino, que sejam constantemente atualizados em função do desenvolvimento e

aprendizagem do seu alunado, gerando adaptações no sistema de avaliação em função de suas necessidades especiais, garantindo a sua progressão educacional, respeitando o seu ritmo a seu tempo; onde os conhecimentos docentes sejam bastante específicos, cujas necessidades especiais exigirão para satisfazer a necessidade de deficiência.

Portanto, deve haver, dentro da escola, definição e sistematização de trabalho cooperativo entre os professores da rede regular, bem como também os professores especializados, atendendo em sala de recursos aos diferentes sujeitos, com diferentes ritmos de aprendizagem, proporcionando a estes alunos a vivência de sua escolaridade juntamente com seus pares.

A tomada de conhecimentos dos Pressupostos de Educação Inclusiva deve ocorrer nestes espaços de formação e capacitação continuada dos docentes/discentes de maneira que as ações se efetivem, as quais venham garantir a interdisciplinaridade, através de reuniões, troca de idéias, de experiências entre os profissionais que atuam na escola, sejam eles professores, funcionários e comunidade escolar.

Há também que se adequar às Políticas Públicas de Inclusão os Sistemas de Ensino Público e Privado para que as adaptações estruturais e arquitetônicas se efetivem, atendendo, desta forma, aos pressupostos da Inclusão.

Mais uma vez reitera-se a necessidade da volta aos estudos para que se possa, então, aliar a teoria com a prática, onde os projetos educacionais não sejam documentos burocráticos, os quais ficam, muitas vezes, registrados em papéis, não se efetivando no cotidiano escolar.

Através dos estudos de teorias, aquisição de novos conhecimentos necessários à prática diária e de aprofundamentos reflexivos é que se adquire competências para diminuir as dificuldades e superar conflitos.

Precisamos capacitar-nos para enfrentar os desafios da realidade. Este é um campo em que a formação do professor não tem ajudado muito; com frequência, ele sai da Universidade com uma série de 'teorias', de idéias novas; então vai para a Escola e tenta coloca-las em prática; porém, surgem as resistências, os limites, os entraves. Por não possuir um instrumental de abordagem, fica desarvorado, tendendo à acomodação, à repetição de práticas arcaicas, as quais, por fazerem parte do real, já têm fluxo regularizado (VASCONCELOS, 2003, p. 14).

Pretende-se que a formação continuada em exercício tenha um impacto significativo no pensamento e na prática dos docentes, onde as perspectivas escolares se alarguem e que respostas às necessidades individuais dos alunos sejam possíveis, contribuindo para a implementação de práticas inclusivas, práticas inovadoras que estejam voltadas para a satisfação das necessidades de todos os alunos onde o ambiente de ensino e aprendizagem seja mais acolhedor, acessível a todos, que respeite e valorize as contribuições individuais, que encoraje a independência e a responsabilidade de seus alunos, sejam estes com necessidades educacionais especiais, ou não.

Os professores devem estar em constante estudo, reformulando conceitos e aperfeiçoando suas habilidades, capacidades e competências e, neste caso, o êxito da educação inclusiva depende da capacidade de resposta dos professores à diversidade na sala de aula.

O papel do professor é vital, essencial para que os pressupostos da educação inclusiva se efetivem na prática, pois devem realizar um trabalho de sensibilização em toda a escola e a comunidade escolar, onde todos devem participar ativamente do processo de inclusão dos alunos com deficiência, através de exploração da sensibilidade, nos debates a respeito dos preconceitos, de saber se colocar no lugar do outro, mostrando que também os alunos deficientes são capazes de levar uma vida “normal”, desenvolvendo outros sentidos; trabalhando nos alunos comportamento solidário e de respeito às diferenças e ao diferente.

Cabe à equipe diretiva e ao corpo docente da Escola buscar soluções de forma autônoma para impedir atitudes como discriminação, superproteção, preconceitos e práticas excludentes. Cabe à escola reconhecer o talento de cada um e atendê-los em suas necessidades.

Segundo Perrenoud “a noção de competência tem muitos sentidos, pois utilizam, integram e mobilizam conhecimentos para enfrentar um conjunto de situações complexas e a capacidade de atualização dos saberes” (1996, p. 135).

Os desafios para os educadores são muitos. Daí a razão de se preparar com os novos paradigmas da educação, para uma nova escola, que seja inclusiva, que saiba conviver com as diferenças, respeitando o direito de todos, visando a real participação destes no processo ensino-aprendizagem.

É preciso definir aqui o que entendemos como sendo a atividade do professor: se é para ser um simples tomador de conta de criança, um dador de aula, um piloto de livro didático ou de apostila padronizada, então qualquer um pode vir a exercê-la... Todavia se por professor entendemos aquele sujeito que está inserido no processo de humanização, que faz a educação por meio do ensino, que está implicado na tarefa de propiciar a apropriação crítica, criativa, duradoura e significativa da herança cultural (em termos conceituais, procedimentais e atitudinais), como mediação para a construção da consciência, do caráter e da cidadania plena para todos, certamente, o encaminhamento será outro! (VASCONCELOS, 2003, p.13).

Percebe-se que somente através da competência do professor expressada num eficiente desempenho em sala de aula é que se superam os grandes desafios na busca da transformação da escola e não há como negar, que no contexto escolar o maior responsável pela construção de um novo cidadão, com mais autonomia é o professor, o qual deve ensinar valores práticos para o seu crescimento e para sua vida, visando à inserção na sociedade em que vive.

Deve-se, portanto, enquanto equipe diretiva de escola, assegurar que realmente aconteça a formação e a capacitação dos profissionais que atuam na escola e que estes adquiram os conhecimentos necessários à práxis, com aprofundamentos teórico-reflexivos dados a natureza de seu trabalho.

Dar condições de acesso a novos métodos e técnicas de ensino, discutindo-os, analisando-os e estudando-os coletivamente, num processo de reconstrução deve ser uma das prioridades dos gestores, o que resultará na eficiência do desempenho da prática de sala de aula, legitimando dessa forma a função do educador.

Cabe também a cada profissional buscar novas formas de aquisição de conhecimentos, visando sua competência profissional, sejam através de encontros, seminários, palestras e cursos oferecidos, mas em nenhuma hipótese pode se resumir a isso.

Entende, também, que a formação é, na verdade, autoformação, uma vez que os professores reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas nos contextos escolares. É neste confronto e num processo coletivo de troca de experiências e práticas que os professores vão constituindo seus saberes como praticam, ou seja, aquele que constantemente reflete na e sobre a prática (PIMENTA, 1994, p. 29).

Pimenta (1994, p. 29) reforça a idéia de que é preciso saber ensinar e para ensinar alguém, é necessário mobilizar e utilizar toda a bagagem de conhecimentos que o professor adquiriu, desde a formação inicial, nas agências formadoras, até as mais diversas formas de capacitação e formação que completam sua bagagem de saberes, bem como a experiência do seu cotidiano escolar.

Os espaços de formação no ambiente escolar servem de ferramentas que se constituem em benefício da tarefa de educador e também na assimilação de novas aprendizagens.

Os saberes devem ser socializados dentro da escola; os saberes não são estanques e nunca estarão prontos. Estes devem ser reconstruídos diariamente, num processo constante de construção e reconstrução, onde o professor deverá ser capaz de articular-se dentro de seus saberes no sentido de fazer os encaminhamentos necessários à superação ou a amenização para que a aprendizagem de seus alunos não fique comprometida.

Conforme Tardif, dizer que o saber dos professores é temporal significa dizer que ensinar supõe aprender a ensinar, ou seja, aprender a dominar progressivamente os saberes necessários à realização do trabalho docente (2005).

Portanto, espaços de formação continuada implicam em um processo de aprendizagem e formação de maneira sistematizada e formalizada. Daí a necessidade das escolas terem um projeto pedagógico, um plano de ação claro, com objetivos definidos e que contemple todos os envolvidos neste processo, propiciando também parcerias com universidades, onde os professores poderão entrar em contato com novas formas de atualização dos saberes, com os produtores do saber e os executores ou técnicos do saber.

Diante disso, os espaços de formação para docente em exercício devem estar voltados para ações amplas e contínuas de estudos e pesquisas, as quais devem inculcar e orientar todos os profissionais da educação básica através um novo olhar (positivo) sobre a deficiência, onde todos os tipos de experiências possam ser contemplados, o que exigirá, por parte dos docentes, melhor preparo para trabalhar com diferentes contextos com relação aos diferentes tipos de deficiência.

Para tanto, o corpo docente e não somente cada professor, deverá partilhar responsabilidades, desenvolvendo competências para atuar com alunos em qualquer etapa ou modalidade de ensino. Em sendo o professor um pesquisador constante de

sua prática, que busca a qualidade do ensino, dentro da perspectiva inclusiva deve atender, de forma adequada, às necessidades de seus alunos.

Torna-se fundamental que os docentes busquem preparo e suporte para a prática educativa, onde sejam utilizados métodos acessíveis e novos procedimentos didáticos nas atividades de ensino-aprendizagem, para que, principalmente, os alunos incluídos realmente sejam contemplados com a oferta de práticas suplementares de aprofundamento como forma de reforço ou apoio para a fixação e a consolidação dos conhecimentos, com a utilização de todos os recursos didáticos disponíveis, respeitando, desta forma, o direito de cada um a seu tempo para assimilação e acomodação da aprendizagem e dos objetivos educacionais estabelecidos.

Deve-se então aperfeiçoar os saberes que os alunos trazem para dentro das escolas, efetivando, desta forma, o real significado da educação, pois os estudantes estão em processo de aprendizagem e segundo os estudiosos, o objetivo da educação não deve ser formar uma criança, mas sim um adulto e para tanto, a prática educativa deve estar aliada a técnicas, a métodos guiados por valores.

E, consoante Carl Rogers (1990), dentro da formação teórica docente, a psicologia do Século XX se torna o paradigma de referência para a pedagogia, integrando-se e fornecendo saberes científicos, transformando-se assim em formação profissional especializada. Através da racionalização da formação e da prática docente, deixando de ser o saber o centro do ato pedagógico, passando a ser a criança, o aluno, o modelo e o princípio da aprendizagem, reforçando que o ato de aprender é mais significativo que o fato de saber, ficando o ato pedagógico centrado no interesse e necessidades dos educandos (psicologias humanistas) de Carl Rogers. Justifica-se por si só tal afirmação, pois o centro do processo ensino-aprendizagem é o aluno, dito normal ou com necessidades educacionais especiais e sem este não haveria necessidades de escolas e nem formação docente.

A razão pedagógica da existência dos professores deve estar interligada com a ação (saberes), em função da finalidade que ele deve atingir (aprendizagem) e quem ele deve visar (o aluno).

O saber do professor é de grande valia para o ato pedagógico e este deve reconhecer os alunos como sujeitos do conhecimento e que sempre se pode aprender uns com os outros, através da interação e do convívio com as diferenças, sejam elas visíveis ou não, onde na troca de saberes e experiências, os conhecimentos irão evoluir e assim sendo, servirão de suporte e apoio pedagógico para a prática da

educação inclusiva, o que tornará o professor mais e melhor preparado para a superação dos desafios destes novos tempos.

DIVERSIDADE: FATOR DE RIQUEZA E AVANÇO NA EVOLUÇÃO HUMANA

Historicamente temos pensado a educação como um processo que acontece com grupo de pessoas relativamente parecidas. Faz parte do senso comum entre os professores dizer que turmas homogêneas são melhores de trabalhar (DORNELES, [s.d.], p. 11).

Pensamentos como este ainda ocorre e muito, o que leva a grandes e profundas reflexões, reafirmando ainda mais a necessidade dos espaços de formação continuada nas escolas. É somente através destes espaços que se conseguirá mobilizar, sensibilizar e conscientizar os educadores para uma profunda revisão de suas práticas diárias.

Sabe-se que o mundo em que se vive não é e nunca foi homogêneo. Ele é heterogêneo. Neste mundo, as mudanças ocorrem rapidamente e as diferenças devem ser encaradas como algo positivo e necessário, as quais devem ser aceitas e valorizadas, pois a diversidade é e deve ser um fator de riqueza e avanço na evolução humana.

Cada aluno aprende à sua maneira, no seu ritmo. Portanto, não se deve ver e pensar os alunos todos de uma mesma forma e numa mesma visão. Cada um é diferente do outro, mas com direitos iguais.

É necessário discernimento e sensibilidade por parte do educador para reconhecer e aceitar as “diferenças” de seus alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar e também fora dele. Reconhecendo também que estes não são capazes de competir em termos de “igualdade” com os seus companheiros “normais”, dentro de seu grupo social, mas que os direitos são iguais no que se refere a aprender com processos operacionais, com estratégias, com currículo diferenciado que atenda suas necessidades especiais, com formas de avaliações que levem em conta suas limitações, dentro de seu tempo, respeitando o seu ritmo de aprendizagem, conforme preconizam os pressupostos da educação inclusiva.

Afirma Piaget (1970) que o desenvolvimento cognitivo é um processo de construção que acontece na interação entre o organismo e o meio. Portanto, se

houver problemas neste organismo, o processo de construção do conhecimento (assimilação e acomodação da aprendizagem) sofrerá alterações.

Segundo Mantoan (2006) aceitar e valorizar a diferença na Escola significa “mudar de lado” e romper com os pilares nos quais a Escola tem se firmado até agora. Portanto, cabe à Escola (os professores) providenciar métodos de ensino diferenciados para que os objetivos sejam alcançados, buscando orientação de profissionais, seja nos espaços de formação continuada ou não, nos órgãos competentes, para auxílio da prática com mais qualidade e possíveis encaminhamentos que sejam necessários ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

CONCLUSÃO

A mudança de atitude é um desafio a ser vencido e superado, obrigando aos envolvidos no processo educacional a efetuarem mudanças no pensamento e na prática. O presente artigo procurou mostrar que é plenamente possível transformar a realidade das escolas públicas em escolas públicas inclusivas.

Ratifica-se, através da investigação bibliográfica, a importância dos estudos de formação e capacitação no contexto da educação inclusiva em exercício para os docentes, pois é a partir destes espaços que os conhecimentos e os saberes são socializados, as angústias e os anseios dos mesmos são partilhados entre todas as pessoas envolvidas com o ato de ensinar e aprender.

Foi possível constatar, através da pesquisa realizada, que as dificuldades na implementação da educação inclusiva não são absolutamente insolúveis, que se pode e tem-se o dever como educadores de seres humanos, de auxiliar os educandos a transpor barreiras na área da cognição, das emoções e do pensamento, fazendo desabrochar potencialidades até então adormecidas em nos alunos.

Comprova-se no decorrer deste, que todos devem ter boa vontade e predisposição para mudanças e desacomodações. Destaca-se a necessidade e a importância da formação continuada para docentes no contexto da educação inclusiva, pois se acredita que faz parte do papel dos gestores qualificarem-se e qualificar sua equipe e os docentes através destes espaços de estudos de forma sistematizada e qualificá-los e torná-los competentes para o exercício de sua função,

onde estes possam sentir-se envolvidos e envolver todos os seus alunos em suas aprendizagens. Portanto, o desenvolvimento de suas competências conduz à formação de indivíduos melhores qualificados e competentes, com novas perspectivas frente à educação e com um novo olhar para o “novo”.

Confirma-se, através deste estudo, que nenhum professor é bom por acaso. Acredita-se que foram atingidos os objetivos propostos no início deste artigo, pois foi possível constatar o quão fundamental é os educadores conhecerem os pressupostos de educação inclusiva, que reconheçam a importância da formação continuada no contexto da educação inclusiva, bem como o reconhecimento dos novos desafios a serem superados na prática docente e no contexto supracitado.

Acredita-se, plenamente, que os docentes deste século devem estar em constante processo de reflexão, de estudo e de aprendizagem, pois somente desta forma validará sua competência profissional, tornando-se capazes de enfrentar situações desafiadoras e com estilo próprio, aliando a teoria à prática, visando o crescimento de seus alunos, em todos os aspectos, o que será traduzido num eficiente desempenho em sala de aula, onde todos os educando obtenham sucesso, dentro do ritmo próprio de cada um.

Cabe salientar, após realizar estes estudos, que a promoção de inclusão nas escolas públicas dependerá das estratégias que os professores adotarem para assegurar que todos os seus alunos participem da aprendizagem.

Vislumbra-se, a partir das leituras realizadas de autores relacionados à educação inclusiva, que sempre que há mudanças no mundo da educação, elas demoram algum tempo, até serem assimilados e postos em prática por todos, seja nas comunidades urbanas ou rurais de nosso País.

Portanto, ratifica-se que as escolas devem fazer algo imediatamente com vistas a dar início ao processo de mudança de valores e de atitudes, para que possam tornar-se inclusivas e não integradoras como atualmente o são. Depende da gestão e da estrutura de cada escola, dentro do contexto de suas capacidades para lidar com as mudanças e desafios.

Enfim, acredita-se que foram atingidos os objetivos iniciais deste trabalho, pois se ratifica a importância do processo de formação continuada no contexto da educação inclusiva para docentes e o reconhecimento dos pressupostos de educação inclusiva e os desafios a serem transpostos, para que se possa juntos mudar a realidade social e toda e qualquer forma de discriminação frente à diversidade e o diferente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira; GOTTI, Marlene de Oliveira; GRIBOSKI, Cláudia Maffini; DUTRA, Claudia Pereira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento especializado**. Brasília: MEC/SEE, 2006.

ARANHA, Maria Salete Fabio (org.). **Educação inclusiva: o município**. 2.ed. Brasília: MEC/SEE, 2006. Série Educação Inclusiva: 2. programa de Educação inclusiva: direito a diversidade, 27 p.

BASSOLS, Ana Margarete S.; SUKIENNIK, Paulo Berel; CRISTÓVÃO, Paulo Vanderlei; FORTES, Suzana Deppermann. **Saúde mental na escola: uma abordagem multidisciplinar**. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

BRASIL. **Constituição Brasileira**. Brasília, Distrito Federal: Senado, 1988.

_____. **Lei Federal 7853**. Brasília, Distrito Federal: Senado, 1989.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superproteção**. Série: Saberes e Práticas da Inclusão. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **Saberes e práticas da inclusão**. Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação, 2006.

DORNELES, Beatriz Vargas. **Saúde mental na escola**. [s.d.]

DUTRA, Claudia Pereira. **A fundamentação filosófica**. Programa de educação inclusiva. Direito à diversidade. Brasília: MEC, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FREITAS, Soraia Napoleão. **Diferentes contextos de educação especial/ inclusão social/PROESP** – Programa de apoio à pesquisa em Educação Especial. Organizadora: Soraia Napoleão Freitas. Santa Maria: Palotti, 2006.

HERNÁNDEZ, Fernando. SANCHO, Juana Maria. **A formação a partir da experiência vivida**. Revista Pedagógica. Ano X, nº 40. Nov. 2006/Jan. 2007. MEC-FNDE.

MANTOAN, M. T.; EGLÉR, Prieta; R, Gavioli. ARANTES, V. Amorim (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MARAGON, Cristiane; LIMA, Eduardo. Os novos paradigmas da educação. **Nova Escola – A revista do professor**. Fundação Victor Civita. Agosto, 2002, p. 23.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MORETTO, Vasco Pedro. Competências – Prepare seus alunos para as novas exigências do mundo. **Nova Escola – A revista do professor**. Fundação Victor Civita. Setembro, 2000, nº 135.

NÓVOA, Antônio (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. 2.ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996.

PIAGET, Jean; CHOMSKY, Noam. **Teorias da linguagem e teorias da aprendizagem**. Lisboa: [s.ed.], 1970.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

PORTILHO, Evelise M. Labatut. **Como mudar para aprender e como aprender para mudar**. ABC Educativo – A revista da Educação. São Paulo: Criarp Ltda. [s.d.].

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual Nº 10576/95. **Lei de Gestão democrática do ensino público**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1995.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROGERS, Carl. **Terapia centrada no cliente**. [s.l.]: [s.ed.], 1990.

ROSA, Cida Cape da. Pátio. **Revista Pedagógica**, ano VIII, nº 32. Novembro 2004/Janeiro 2005. ISSN 1518. 305X. Ministério da Educação – FNDE.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Saberes docentes e formação profissional**. 2005.

TILSTONE, Christina; FLORIAN, Lane; ROSE, Richard. **Promover a educação inclusiva**. Instituto Piaget. Tradução: Paula Taipas. Stória Editores Ltda., 1998.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Dilemas práticos dos professores. A complexidade na Escola. Pátio. **Revista Pedagógica**, ano VII, nº 27. Agosto/Outubro, 2003. MEC – FNDE.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.